CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

16. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

O quadro a seguir traz o detalhamento das contas de resultado:

	31/12/2021	31/12/2020
a) Custos de aquisição		
Despesas de corretagem	(236)	(765)
Despesas de custeamento	(49.603)	(95.460)
Total	**(49.839)**	**(96.225)**
b) Outras receitas e despesas operacionais		
Resgates antecipados	24.945	19.140
Resultado com títulos prescritos	30.643	23.755
Central de relacionamento	(3.454)	(3.779)
Incentivo e manutenção de vendas	(59)	(598)
Fretes e correspondências	(1.788)	(1.833)
Custos processuais	(886)	(1.505)
Publicidade e propaganda - produto	(2.380)	(934)
Serviços com manuseio de documentos	(150)	(195)
Serviços de terceiros	(2.224)	(2.743)
Outras receitas e despesas operacionais	(3.065)	(5.026)
Total	**41.582**	**26.282**
c) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(17.662)	(21.188)
Serviços de terceiros	(10.876)	(11.375)
Localização	(7.159)	(8.278)
Publicidade e propaganda	(7.945)	(7.865)
Publicações	(102)	(68)
Donativos e contribuições	(183)	(192)
Outras despesas administrativas	(142)	(586)
Total	**(44.069)**	**(49.552)**
d) Despesas com tributos		
PIS	(979)	(1.499)
COFINS	(6.027)	(9.228)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.340)	(1.278)
Outras despesas com tributos	(124)	(78)
Total	**(8.470)**	**(12.083)**

e) Receitas e despesas financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Resultado com títulos de renda fixa	246.673	235.899
Resultado com fundos de investimentos	20.228	7.722
Despesas com provisões técnicas - capitalização	(110.230)	(108.909)
Outras receitas e despesas financeiras	155	833
Total	**156.826**	**135.545**

17. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**
Resultado antes dos tributos e após participações	186.521	186.521	186.442	186.442
Base de cálculo	**186.521**	**186.521**	**186.442**	**186.442**
Taxa nominal do tributo	20,00%	25,00%	15,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(37.304)**	**(46.630)**	**(27.966)**	**(46.611)**
	–	–	–	–
Ajustes do lucro real	(4.860)	(4.633)	1.590	1.590
Ajustes temporários diferidos	3.908	8.405	531	531
Efeito do diferencial da alíquota até jun/21	(28.166)	–	–	–
Total dos ajustes a base de cálculo	**(29.118)**	**3.772**	**2.121**	**2.121**
	–	–	–	–
Tributos sobre os ajustes	**5.824**	**(943)**	**(318)**	**(530)**
Efeito do adicional de IR e incentivos fiscais	**–**	**42**	**–**	**1.085**
Despesa contabilizada	**(31.481)**	**(47.532)**	**(28.284)**	**(46.056)**
Taxa efetiva	**16,88%**	**25,48%**	**15,17%**	**25,48%**

18. Plano de previdência

A Companhia é co-patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*) contratado junto à coligada Caixa Vida e Previdência S.A.. O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 269 (31 de dezembro de 2020 - R$ 438).

19. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa líder do Grupo.

Conselho de Administração

Asma Zidani Ep Baccar - Presidente

Alexandre Petrone Vilardi
Luciano Snel Corrêa
Pedro Duarte Guimarães
Paulo Otavio Silva Camara

Conselho Fiscal

Humberto Cavalcante Lacerda
Membro do Conselho Fiscal

José Francisco da Conceição
Membro do Conselho Fiscal

Anderson Alves Bastos
Membro do Conselho Fiscal

Diretoria Executiva

André Mourão Passos Coutinho
Diretor Superintendente

Rubens Bordinhão de Camargo Junior
Diretor Presidente

Contador

Marco Antonio Barbosa Pires
Contador - CRC DF 014151/O-6

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA nº 3663

Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Capitalização S.A.
Brasília - DF

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Caixa Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Caixa Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Caixa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.
04711-904
São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I - Caixa Capitalização S.A. - *(Em milhares de Reais)*

1. Provisões Técnicas	**31/12/2021**
Total de provisões técnicas auditadas	3.035.968

2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2021**
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	60.953
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**60.953**

3. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2021**
Patrimônio Líquido Ajustado Total (a)	161.478
Ajustes Econômicos do PLA	22.129
Exigência de Capital (CMR) (b)	60.953
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**100.525**
Ativos Garantidores (d)	3.219.072
Total a ser Coberto (e)	3.035.968
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**183.105**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Capitalização S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para resgates	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.7 e 12, a Caixa Capitalização possui provisão para resgates. Para mensurar estas provisões, a Companhia adota como metodologia a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos as provisões para resgates como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos perante as demonstrações financeiras.	Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram: i) Entendimento do processo de mensuração das provisões para resgates, compreendendo: (i) parametrização do cálculo da provisão no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto; (ii) processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates; e (iii) precisão dos dados dos títulos de capitalização que foram utilizados no cálculo da provisão para resgates oriundos do sistema de administração de títulos; ii) testes, com base em amostragem, da existência e precisão dos valores pagos de resgates, bem como dos valores arrecadados com os respectivos comprovantes de liquidação financeira; iii) envolvimento de especialistas atuariais para o recálculo da provisão para resgates, conforme as condições gerais do produto, bem como da respectiva incidência de juros e atualização monetária; iv) avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes pela Companhia.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 2.15, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo nessa data, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

– A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

– Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

– A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0